UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MPA

ILNAH MARIANNE PEREIRA MELO

DESEMPENHO NA GESTÃO DE PÁTIOS DE UMA INSTITUIÇÃO POLICIAL: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

RELATÓRIO TÉCNICO

BRASÍLIA
2022

APRESENTAÇÃO

Este relatório técnico configura-se em um resumo expandido da dissertação "DESEMPENHO NA GESTÃO DE PÁTIOS DE UMA INSTITUIÇÃO POLICIAL: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO", apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública do Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. Período de realização do mestrado: fevereiro de 2020 a fevereiro de 2022.

Orientador: Prof. Dr. Cleidson Nogueira Dias - UnB (Orientador) (PPGA/UnB)

Composição da banca examinadora:

Prof. Dr. Valmir Emil Hoffmann (Banca Examinadora – Membro Externo)
Prof. Dr. Edgar Reyes (Banca Examinadora – Membro Interno)
Prf. Dr. Daniel Pires Vieira (Banca Examinadora – Membro Suplente)

Palavras-chave: custos de transação; monitoramento; controle; desempenho; serviço público; QCA.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....4

2 REFERENCIAL TEÓRICO.....6

2.1. CUSTOS DE TRANSAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA……..…….9
2.2. MODELO TEÓRICO DE REFERÊNCIA.……..13
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....13

4 RESULTADO, ANÁLISE E DISCUSSÕES.....15

5 CONCLUSÃO, CONTRIBUIÇÕES E IMPLICAÇÕES.....19

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....22

1 INTRODUÇÃO

As reformas na administração pública ocorridas a partir da década de 1980 tiveram como objetivo a melhoria da prestação dos serviços públicos e diminuição dos custos do Estado (COSTA, 2009). Tal modelo tem como foco a promoção de uma gestão eficiente dos recursos públicos, a fim de propiciar ao Estado maior capacidade de governança e de atuação econômica, política e social.

Sandfort e Milward (2014) salientam que, para provisão de serviços públicos, o Estado tem como opções tanto contratar entidades privadas como atuar colaborativamente com outras entidades públicas. Nesse sentido, fala-se em uma Administração Pública na qual as atividades estatais são desempenhadas por diversos atores, sejam eles organizações públicas, privadas ou sem fins lucrativos, que estabelecem relações entre si.

Nesse ínterim, analisar as consequências dessas interações interorganizacionais faz-se mister, para que seja possível definir as melhores estratégias para a instituição pública. E a Teoria dos Custos de Transação (TCT), conforme Oliveira et al. (2019) pode contribuir para o aprimoramento dos modelos de negócio na medida em que define as formas pelas quais as transações das organizações são realizadas.

A TCT parte, portanto, da análise dos custos de transação, definidos como os recursos despendidos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, no intuito de dar cumprimento aos termos contratuais (SANTOS et al., 2017).

Os custos podem ser *ex ante*, quando relacionados à elaboração de contratos em suas negociações, e *ex post*, quando relacionados ao monitoramento e acordos de execução (VOGT; SOUZA; KLANN, 2019). O monitoramento e controle é elemento essencial na escolha sobre fazer ou comprar determinada atividade, uma vez que tal decisão gera preocupações quanto à perda potencial de controle e responsabilidade na prestação de serviços ou ainda quanto a dificuldades com o monitoramento do desempenho do contratado (FERNANDEZ, 2007).

Tendo em vista que o aumento de crimes violentos associados à ampliação da sensação de insegurança têm demandado esforços adicionais do poder público no que tange à segurança pública (PROENÇA; MUNIZ; PONCIONI, 2009), estudar as transações das instituições de segurança pública sob a ótica da TCT faz-se mister, a fim de melhorar a eficiência desses órgãos.

Nesse sentido, o estudo investiga o caso da gestão de pátios da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A PRF é o órgão de segurança pública responsável pelo policiamento ostensivo das rodovias federais. Para cumprir suas funções nos mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais, a PRF deve ter aparato administrativo para a execução das atividades de fiscalização e policiamento e, dentre esse aparato, está aquele relacionado à prestação do serviço de recolhimento e guarda de veículos.

A partir do momento em que são removidos, os veículos são levados a depósito (pátios). Cabe ao órgão responsável pela aplicação da medida administrativa, no caso a PRF, prover meios para o recolhimento do veículo, bem como para a gestão e manutenção dos pátios, uma vez que, após removido, o veículo somente será restituído ao proprietário depois do pagamento de multas, taxas e despesas relativas à remoção e estada, dentre outros encargos previstos em legislação específica, conforme art. 271 do CTB.

A má gestão da massa de veículos recolhidos pode resultar em superlotação de depósitos e condições inadequadas de armazenamento dos mesmos (BEZERRA; IZO, 2019). Outrossim, os carros recolhidos e não recuperados pelos proprietários por falta de condições geram despesas ao órgão que administra o depósito, visto que as taxas e encargos que o proprietário pagaria para recuperar o veículo ficam todas sob responsabilidade deste órgão (ZAMPIVA et al., 2017).

A PRF tem adotado diferentes estratégias para provisão do serviço de recolhimento e guarda de veículos, dispondo de modelos de gestão em que se optou por contratação de particular, ou em que se firmou aliança com outros órgãos de trânsito, ou, ainda, em que a administração optou por prestar diretamente o serviço. Qualquer que tenha sido a estratégia adotada, compete à PRF zelar pela qualidade dos serviços prestados.

Ressalte-se que as ações voltadas para a melhoria da prestação do serviço de recolhimento e guarda de veículos na PRF foram intensificadas a partir de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), no qual determinou-se que a instituição regularizasse os procedimentos de recolhimento, guarda e desfazimento de veículos apreendidos em rodovias federais, devendo, na medida do possível, adotar medidas uniformes para todo o território nacional (BRASIL, 2015).

No mesmo acórdão, o TCU recomendou que a instituição avaliasse a opção de outorga a particulares dos serviços de recolhimento, de guarda e de desfazimento de veículos apreendidos nas rodovias federais (BRASIL, 2015). Ao mesmo tempo, a Controladoria Geral da União (CGU) salienta que o processo de guarda e destinação de veículos recolhidos pela PRF tem o potencial de impactar negativamente as atividades

finalísticas da unidade, já que está diretamente relacionado à atividade de fiscalização das rodovias pela PRF (BRASIL, 2016).

Ditillo e colaboradores (2015) salientam ainda que a maioria dos estudos sobre terceirização são voltados para a identificação das formas de governança mais adequadas para fornecimento de determinado serviço, sendo salutar agregar o monitoramento e controle da prestação desses serviços. Nesse contexto, o estudo parte do seguinte problema: os custos de transação e os mecanismos de monitoramento e controle influenciam o desempenho das diferentes estruturas de governança da gestão de pátios da Polícia Rodoviária Federal (PRF)?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista o objetivo do presente estudo, o referencial teórico contempla a Teoria dos Custos de Transação e a aplicação desta teoria na Administração Pública.

2.1 TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Ronald Coase (1937) é considerado o precursor da Teoria dos Custos de Transação, visto que em seus estudos buscou abordar a emergência e a expansão das firmas analisando as dificuldades envolvidas no estabelecimento de relações mercantis e no uso dos sistemas de preços. Antes da publicação do autor, os estudos sobre a Teoria da Firma tinham como foco os estudos das organizações a partir da maximização de lucros (SANTOS; MARQUES, 2015; BEGNIS; AREND; ALIEVI, 2016).

Conforme Ménard et al. (2014), o autor iniciou a hipótese de que há custos no uso de mecanismos de preços, denominados custos de transação. Nesse sentido, os custos de transação referem-se às despesas com a organização de recursos produtivos, e a existência da firma é uma forma de diminuir tais custos e aumentar a eficiência econômica (SILVA; BRITO, 2013).

Coase (1937), ao estudar os motivos de existência da firma, a conceitua como um nexo de contratos. Contudo, o referido autor, apesar de não negar a importância de contratos intermediários, focou seus estudos na firma e no mercado como formas de coordenação de atividade econômica (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997). Contudo, conforme Barbosa, Candido e Barbosa (2016, p. 83) apontam, a teoria de Coase teve limitações “por apresentar dificuldade de se observar e mensurar os custos de transação”. Nesse sentido, Williamson, na década de 1970, repensou tais custos (FRARE, et al. 2020).

Silva e Brito (2013) informam que foi com base nos ensinamentos de Coase que Williamson propôs a Teoria dos Custos de Transação (TCT), reconhecendo a influência de dois pressupostos comportamentais: a racionalidade limitada e o comportamento oportunista, além de atributos objetivos das transações, como a especificidade dos ativos, a incerteza e a frequência das transações. Conforme Martins et al. (2017), a especificidade de ativos associada à dificuldade em identificar usos alternativos e possibilidades de negociação são os pressupostos centrais da teoria.

Segundo Williamson (1993), essa teoria está focada, principalmente, na governança das relações contratuais que, por sua vez, são influenciadas pelo ambiente institucional e recursos disponíveis. Martins et al. (2017) salientam que a análise dos custos de transação coloca os custos comparativos de planejamento, adaptação e monitoramento da tarefa presentes em diferentes estruturas de governança como substituição às preocupações com custo de produção, distribuição ou tecnologia de um estado estável.

Zanella et al. (2015) pontuam que a TCT está focada no custo das transações que ocorrem entre uma organização e outros atores em um relacionamento interorganizacional. Segundo a TCT, a agência perfeita, em uma relação de contratação, é difícil de ser alcançada entre o principal (proprietário) e o agente (contratante) em virtude dos atributos (racionalidade limitada e oportunismo) e premissas (fator humano e ambiental) associados à estrutura de transação (ALI; HUSSAIN; AHMED, 2021).

Uma vez que as organizações estão inseridas em um ambiente institucional que influencia suas atividades e que transações podem ser entendidas como trocas de direitos de propriedade associadas a bens ou serviços (ZYLBERSZTAJN, 1995; SANTOS et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2019), para a presente pesquisa, adotou-se o conceito de Williamson (1985), complementado por Silva (2021), como norteadores.

A TCT influencia os direcionamentos organizacionais auxiliando na escolha dos arranjos estruturais capazes de melhorar o desempenho da instituição, conceituados por Williamson como estrutura de governança (MÉNARD et al., 2014). Conforme Coggan, Whitten e Bennett (2010), estruturas de governança são adotadas para minimizar os custos de transação de criação e cumprimento de contratos, uma vez que as formas de governança adotadas permitem que a organização controle os custos de transação (OLIVEIRA et al., 2019).

Portanto, a TCT auxilia na compreensão das relações a partir das características básicas da transação e das diferentes estruturas de governança (ARRUDA et al., 2017).

Guimarães et al. (2021) argumentam que essa teoria auxilia na escolha de estrutura de governança adequada por meio de uma análise comparativa, a partir da análise entre o alinhamento das mesmas com os atributos da transação, considerando que indivíduos são racionalmente limitados e inclinados a agirem de forma oportunista. Salienta-se, portanto, a importância de se analisarem os aspectos transacionais para mitigação dos custos de transação (HIGASHI et al., 2019).

A Teoria dos Custos de Transação tem como pressupostos a racionalidade limitada, relacionada às limitações das capacidades do indivíduo em processar todas as informações disponíveis, e o oportunismo, consistente no uso de artifícios para fazer valer interesses próprios. Em razão desses dois pressupostos, tem-se que os contratos que regulam as transações são sempre complexos e incompletos. A racionalidade limitada e o oportunismo, portanto, são fatores que aumentam os custos da transação (HENNART, 2014; BALESTRIN; VERSHOORE, 2016; SANTOS et al., 2017).

A TCT ainda considera os atributos das transações, representados pela especificidade dos ativos, incerteza e frequência, como fatores de influência nos custos de transação e na eficácia das empresas (GARCIA; BANKUT, 2018). Por isso, conforme a TCT, os menores custos de transação estão associados “ao alinhamento entre as estruturas de governança, os atributos de transação (especificidade de ativos, frequência e incerteza) e os pressupostos comportamentais presentes (racionalidade limitada e oportunismo)” (AUGUSTO, 2015, p. 18).

Nesse sentido, além dos fatores relacionados ao comportamento humano, a TCT, segundo Hoskisson et al. (2014), também se baseia em atributos que afetam transações entre duas empresas: a incerteza, pequenas quantidades e especificidade de ativos. Em razão disso, Pacheco et al. (2018) ressaltaram que deve ser considerada a frequência com que as transações ocorrem, as incertezas a que as transações estão sujeitas e o grau em que as transações são suportadas por ativos específicos.

Outrossim, Fiani (2013) pondera que a racionalidade limitada, complexidade e incerteza podem gerar assimetrias de informação, que consistem em diferenças nas informações que as partes envolvidas em uma transação possuem, e tal diferença é capaz de afetar o resultado final da transação. Zylbersztajn (2018) esclarece que as características mensuráveis de transação, ou seja, da frequência, incerteza e especificidade de ativo, na presença de oportunismo, definem a estrutura de governança.

Nesse sentido, Balestrin e Arbage (2007) lecionam que os custos de transação são fatores motivadores para a elaboração da estrutura da governança das relações

econômicas, uma vez que a escolha quanto à forma de governança adotada está relacionada com o controle dos custos de transação, influenciando no seu aumento ou redução (OLIVEIRA; ROSSI; SOUZA, 2019).

As estruturas de governança são classificadas na TCT como de mercado, de hierarquia e híbrida (WILLIAMSON, 1975). Essa classificação, conforme Balestrin e Verschoore (2016), tem dois extremos: de um lado, há a opção da organização por adquirir no mercado os componentes de que precisa; de outro, a opção por produzir internamente tal componente. Existe um meio termo entre eles: a formação de arranjos colaborativos para fabricação do componente necessário. Cada estrutura de governança apresenta vantagens e desvantagens, e a opção por cada uma delas está associada à redução dos riscos contratuais existentes nas transações.

A governança do tipo de mercado refere-se a arranjos constituídos por partes autônomas que estabelecem relação por meio de mecanismo de preços, já a hierárquica constitui-se a partir de um "conjunto de acordos explícitos de comando e de cooperação" e a híbrida forma-se a partir transações repetidas, sendo caracterizadas pela formação de contratos tanto de curto como de longo prazo (MÉNARD et al., 2014, p. 18).

A estrutura da governança são estratégias que tendem a refletir a necessidade de as organizações cooperarem entre si para reduzir as incertezas ambientais.

2.1 CUSTOS DE TRANSAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A necessidade de se manter ou expandir serviços públicos associada à falta de recursos suficientes, demandam a busca por arranjos alternativos, para que o poder público garanta a entrega dos serviços ao melhor custo (PETERSEN; HOULBERG, 2016; AVRICHIR, 2018; KANG; NESBIT; BRUDNEY, 2021).

Brown e Potoski (2003) ressaltam que a parceria com agentes privados não é a única opção para o poder público fornecer seus serviços. Segundo os autores, o serviço pode ser fornecido a partir de produção interna, produção externa por meio de contratação completa e conjunta, incentivos e parcerias com outros governos. Observa-se, portanto, uma tendência para o envolvimento de vários atores em demandas do setor público. A cooperação entre esses diversos atores constitui redes que podem se formar por diferentes tipos de arranjos, como acordos de cooperação, empresas de serviço público, cooperação intermunicipal, parcerias público-privadas, dentre outras (SILVESTRE et al., 2019).

Segundo Obermann (2007), a TCT orienta acerca dos motivos pelos quais certas transações podem ser concluídas de maneira mais ou menos eficiente e organizadas em

arranjos institucionais específicos para prestação de serviço público. Segundo o autor, a TCT, considerando as características e objetivos dos serviços públicos, contribui para identificar as vantagens econômicas de determinadas formas de organização.

Fim (2015) pondera que, embora os custos de transação sejam mais comumente avaliados em instituições com finalidade lucrativa, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão para a maximização do lucro, no setor público tal abordagem pode permitir o aperfeiçoamento dos processos realizados, contribuindo para a decisão dos gestores acerca de fazer ou comprar. Nesse contexto, no setor público tal análise não se restringe às atividades econômicas, abarcando todas as atividades sociais que possuem custos de transação (RUITER, 2005).

As despesas de custo de transação, portanto, devem ser adequadas ao risco da transação e, no âmbito da administração pública, essa despesa só será considerada se realmente o governo implementou instrumentos de gestão e atividades para lidar com os atributos da transação. No âmbito da administração pública, diversos são os mecanismos para redução de comportamentos oportunistas, como decisões regulatórias, atos legislativos, decretos executivos, recomendações do procurador-geral, decisões judiciais e poderes informais (propagandas e transparência ativa) (PANDEY et al., 2018; PETERSEN et al, 2019).

Conforme Hefetz e Warner (2011), há uma tendência de serviços públicos serem prestados por entes privados, em especial por meio da terceirização, para aumentar a eficiência de tais serviços. É possível também que haja a cooperação entre entes públicos no intuito de diminuir os custos de prestação dos serviços públicos, uma vez que tal arranjo pode diminuir a incerteza e o oportunismo da transação (HULTQUIST et al., 2017; SILVESTRE et al., 2019).

Tais alternativas não excluem a opção de o poder público reter internamente uma parte da produção de um serviço, a fim de permitir uma retomada mais fácil da produção completa desse serviço no caso de surgir uma ação oportunista do fornecedor ou mediante a constatação de que a produção externa é ineficiente (HULTQUIST et al., 2017).

Uma vez que compete ao governo decidir se mantém a entrega de certos bens e serviços por meios próprios (fazer), se contrata uma empresa privada (compra) ou se escolhe alguma estrutura de governança intermediária, a TCT contribui para a análise de tais estruturas de cooperação ao permitir analisar a eficiência das transações realizadas pelo setor público (GENUGTEN, 2010; NEUENFELDT et al., 2018).

Taponen e Kauppi (2020), ao revisitar a Teoria dos Custos de Transação, ressaltam a tendência do setor público em delegar os serviços de suporte, devendo as funções essenciais com riscos mais elevados permanecer internas.

Em estudos realizados por Brown e Potoski (2003), foi identificada uma tendência de os governos contratarem menos quando os mercados de serviço contêm menos fornecedores, devido ao risco de oportunismo do fornecedor, assim como nos casos de serviços com alta especificidade de ativos, em que há preferência por parcerias com outros governos em vez de empresas privadas. Ainda conforme os autores, no caso de serviços de difícil monitoramento e medição, os governos aumentam o uso de contratação conjunta e produção interna de serviços.

Dessa forma, serviços que tenham resultados mais facilmente observáveis permitem critérios objetivos para avaliação, facilitando o seu monitoramento e controle (HULTQUIST et al., 2017). Conforme Fiani (2016), o arranjo institucional para prestação de determinado serviço público deve ser formado considerando a racionalidade limitada, a possibilidade de atitudes oportunistas e a existência de ativos específicos. Além disso, no âmbito da administração pública, a incerteza também tem destaque, e a mensurabilidade do serviço é decisiva nesse quesito, uma vez que, quanto mais fácil for medir determinado serviço, mais efetiva se torna a contratação quanto à sua qualidade e quantidade (NEVES; GASPARETTO, 2020).

Van Genugten (2010), ao tratar sobre os atributos da transação no setor público, traz a incerteza como um elemento de maior ênfase, analisando-a sobre dois aspectos: incerteza comportamental e ambiental. A incerteza comportamental é aquela enfrentada pelo governo em relação ao comportamento dos produtores de serviços, dependendo principalmente dos riscos da mensurabilidade dos serviços[1]. Já a incerteza ambiental refere-se a quanto o ambiente é previsível, abarcando elementos como processo político, mudanças tecnológicas, consumidores do serviço público, pressões políticas ou das partes interessadas (IBIDEM).

A delegação de serviços públicos, portanto, exige a implantação de mecanismos de monitoramento e controle sobre os prestadores de serviços públicos a fim de diminuir os custos de transação e o desalinhamento de metas. Ditillo et al. (2015) ressaltam que a escolha sobre como a prestação de serviço público ocorrerá, ou seja, se internamente ou se por intermédio de entidades com ou sem fins lucrativos, e as características intrínsecas do

1 Cf. seção 2.2.1.

serviço, como especificidade do ativo e facilidade de medição, influem tanto na estrutura de governança como na intensidade dos controles adotados.

Ditillo et al. (2015) ressaltam que sistemas de monitoramento podem impactar na diminuição dos custos de transação. Os mesmos autores ponderam que, em transações entre poder público e entidades com fins lucrativos, há uma tendência para controles mais rígidos do que aquelas que envolvem somente entidades públicas e sem fins lucrativos.

Além disso, cabe ao governo decidir se investe para reduzir riscos de transações futuras, especialmente aqueles relacionados a eventos imprevistos e potencial oportunismo por parte dos fornecedores, ou se aceita os riscos e custos de transação potencialmente grandes incorridos durante a vida de seus contratos (custos *ex post*) (FIM, 2015; PETERSEN et al., 2019). Apesar da dificuldade em se mensurarem os custos das transações na administração pública devido à ausência de métodos específicos, a classificação e a mensuração dos custos de transação são importantes para compreensão dos arranjos da organização pública (IBIDEM).

A mensuração do desempenho também é um importante mecanismo de avaliação da cooperação, na medida em que permite avaliar, controlar e melhorar os processos e ações para garantir que os objetivos e metas organizacionais sejam alcançados (VOGT; BEUREN; SILVA, 2021).

Conforme Dekker, Ding e Groot (2016), medir o desempenho permite o monitoramento dos resultados e, no caso das parcerias, contribui também para a avaliação quanto às contribuições dos parceiros no alcance dos objetivos estabelecidos. A medição do desempenho contribui para a avaliação da eficiência – relacionada à aplicação dos recursos – e eficácia – referente ao desempenho financeiro e operacional – de determinada tarefa (PRAHINSKI; BENTON, 2004). Conforme Ferreira e Braga (2007), a eficiência pode ser entendida como a capacidade de se utilizar os recursos disponíveis da maneira mais adequada para obtenção dos resultados pretendidos.

Para Ittner et al. (2003), há duas abordagens gerais de medidas de desempenho: uma na qual a mensuração do desempenho é simples e ocorre a partir de um conjunto diversificado de medidas financeiras e não financeiras; outra baseada no valor econômico e na criação de valor, na qual a mensuração do desempenho se dá a partir da pertinência com o objetivo final da organização. O desempenho, portanto, pode ser mensurado sob vários aspectos.

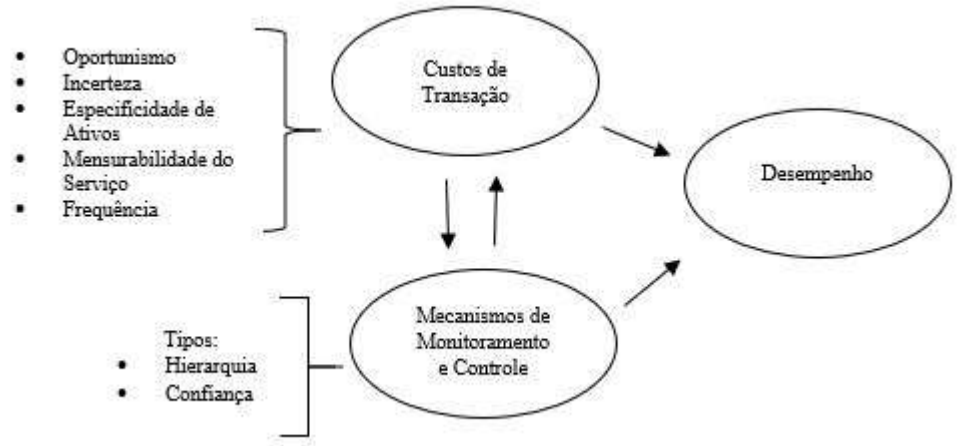
Nesse sentido, estudos de Dekker, Ding e Groot (2016) indicaram que as características de transação influenciam a estratégia da colaboração no uso de práticas de

gerenciamento de desempenho e são determinadas pelos objetivos das empresas, o que influencia suas práticas. Desse modo, ter indicadores de desempenho permite que a organização avalie os resultados e sucessos, devendo, para tanto, estarem relacionados à estratégia da organização e aos interesses das partes interessadas (TOMIOKA; NEVES, 2020).

2.2. MODELO TEÓRICO DE PESQUISA

Considerando a base teórica da Teoria dos Custos de Transação, os modelos teóricos de referência foram de Silva e Brito (2013), testado em entidades privadas, e Ditillo et al. (2015), aplicado no âmbito do setor público. As categorias analisadas foram as características da transação propostas por Silva e Brito (2013) e Ditillo et al. (2015), adaptadas ao presente estudo, e os tipos de mecanismos de monitoramento e controle, a partir do proposto por Ditillo et al. (2015) e também adaptados ao objeto de estudo, chegando-se às seguintes subcategorias: oportunismo, especificidade ativos, incerteza, mensurabilidade de serviço, frequência, controle do tipo hierarquia e do tipo confiança, conforme desenho de pesquisa representado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo teórico de pesquisa



Fonte: elaboração própria, com base em Silva e Brito (2013) e Ditillo et al. (2015)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sob tipologia adotada por Vergara (1998), este estudo, quanto ao fim, tem características de pesquisa descritiva. Quanto ao meio, ainda segundo a autora, é bibliográfica, documental e consiste em um estudo de caso, seguindo uma abordagem qualitativa.

O estudo categoriza-se como pesquisa descritiva, uma vez que esclarece, "expõe características de determinada população ou determinado fenômeno" (VERGARA, 1998, p. 42). Outrossim, a pesquisa também se classifica como uma investigação documental, aquela em que se busca em documentos de órgãos públicos, e bibliográfica, visto que a fundamentação teórica do estudo consiste na pesquisa quanto aos custos de transação (VERGARA, 1998).

Já o enquadramento na categoria estudo de caso dá-se na medida em que se propõe a estudar uma instituição pública em profundidade, detalhamento e mediante a realização de pesquisa de campo, que consiste em uma investigação empírica realizada onde ocorre o fenômeno que será estudado (VERGARA, 1998). Ressalte-se que Hobbs (1996) aponta para uma tendência de os estudos empíricos sobre os custos de transação serem realizados a partir de um estudo de caso.

O problema foi abordado sob o ponto de vista qualitativo que, segundo Dalfovo (2008), busca descrever a complexidade de determinado problema, contribuindo para o processo de mudança e possibilitando o entendimento do caso. No mesmo sentido, Richardson (2012) esclarece que o método qualitativo analisa a integração de variáveis, permitindo a compreensão e classificação de processos dinâmicos, razão pela qual se deve ter categorias claras para uma análise ordenada das informações.

A pesquisa foi estruturada de forma a permitir uma sequência de evidências, a fim de propiciar que as questões feitas e os dados coletados resultem em uma conclusão que responda ao problema de pesquisa. Conforme Antunes et al. (2012), a conclusão em um estudo de caso que utilizou fontes múltiplas de evidências, em um processo de triangulação, é mais convincente e acurada.

A coleta dos dados ocorreu tanto por meio de pesquisa documental como por aplicação de questionário, a partir de um recorte transversal. Assim, foi possível confrontar o conjunto de dados e analisá-los de forma conjunta e complementar, buscando responder aos objetivos da pesquisa.

O recorte transversal foi adotado por ser focado em um determinado ponto no tempo, considerando-se a influência de situações passadas sobre a amostra selecionada (RICHARDSON, 2012).

As unidades de análise no presente estudo são os 17 casos de gestão de pátios da Polícia Rodoviária Federal, nomeados como Estado-A, Estado-B, e assim por diante, até o Estado-R.

Uma vez definidos os casos estudados, passou-se a pesquisa documental em que foram buscados processos relacionados aos acordos e contratos firmados para prestação do serviço objeto do estudo e que se encontravam vigentes em 2021.

A pesquisa documental foi responsável por fornecer os dados secundários da pesquisa que, conforme Richardson (2012) são aqueles produzidos com outro objetivo que não o estudo imediato em mãos.

A análise documental forneceu informações quanto a frequência das transações e ao desempenho dos casos estudados. Quanto ao desempenho, uma vez que a remoção de veículos é uma medida administrativa aplicável a situações em que a infração impõe a retirada do veículo de circulação para que haja o saneamento de irregularidades sem obstrução da via, o presente estudo identificou a proporção da quantidade de veículos recolhidos em decorrência da inobservância do art. 230, V, do CTB pela quantidade de infrações pelo dispositivo legal, aplicadas pela PRF como indicador de desempenho da gestão de pátios.

No que se refere à aplicação do questionário, foram realizadas perguntas ordenadas, respondidas sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 2003). O questionário tem como vantagens a economia de tempo e dinheiro, além de apresentar como possibilidade o atingimento de um número maior de respondentes, com perguntas diretas e curtas.

O questionário valeu-se de questões a serem respondidas por meio da escala Likert de 7 pontos – por ser uma opção bastante aplicada em ciências sociais, principalmente se o que é buscado se refere a atitudes, opiniões e avaliações (GÜNTHER, 2003) –, e de quatro questões abertas para os respondentes discorrerem livremente sobre os elementos motivadores para adoção de determinada estrutura de governança, os problemas enfrentados para monitoramento de tais estruturas, a mensurabilidade de serviço e o desempenho da gestão adotada.

Como técnica de análise, elegeu-se Análise Comparativa Qualitativa e a Análise de Conteúdo.

A Análise Comparativa Qualitativa (QCA) é um método elaborado por Charles Ragin (1987) para analisar casos, preservando suas configurações complexas, com base em suas características qualitativas e quantitativas, seguindo variáveis booleanas

(SANDES-FREITAS; BIZARRO-NETO, 2016). Dias (2011) aponta a QCA como uma técnica utilizada para resolução de problemas a partir de inferências causais que visa identificar, mediante comparação sistemática, sob quais condições têm-se os melhores resultados.

Já a Análise de Conteúdo é um método que se aplica ao estudo de textos e documentos, sendo uma técnica de análise de comunicações (VERGARA, 1998). Segundo Silva e Fossá (2015), consiste na análise das comunicações a partir dos dados captados nas entrevistas ou observados pelo pesquisador.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES

A partir da análise QCA, foi possível verificar a influência das variáveis pesquisadas para os casos de sucesso identificados.

Inicialmente, a partir da análise individual das variáveis relativas à TCT, ou seja, oportunismo, incerteza, mensurabilidade de serviço, especificidade de ativos (humano, físico e dedicado) e frequência, observou-se as seguintes características.

No que tange ao oportunismo tem-se a ausência do comportamento oportunista relacionado a renegociação contratual para benefício próprio como condição suficiente para o sucesso, não existindo condições necessárias.

No que tange a incerteza, a equação geral apresentou apenas o Estado-R como uma combinação possível de sucesso da gestão de pátio referente à incerteza. Na equação apresentada, tem-se a ausência de incerteza relacionada a deveres repetitivos, serviço rotineiro, atividades repetitivas e sequência lógica do serviço, combinada com a presença da incerteza relacionada à maneira clara de orientar a realização do serviço, confiança nos procedimentos e facilidade em medir o serviço.

A partir dos dados obtidos, tem-se, nesse caso de sucesso, portanto, que o serviço estudado tem deveres e atividades repetitivas, resultando em um serviço rotineiro. Contudo, não existe uma maneira clara para orientar a execução do serviço, assim como não há tanta confiança quanto aos procedimentos realizados, e o serviço não é de fácil mensuração.

Quanto ao atributo mensurabilidade de serviço, a equação geral obtida traz a combinação da presença da facilidade de mensuração do desempenho combinada com a ausência de facilidade relacionada ao monitoramento das atividades e à especificação, no contrato, dos resultados esperados das atividades a serem desempenhadas e do desempenho final do prestador de serviço.

No que tange à especificidade de ativos, foi objeto de análise do presente estudo a influência da especificidade de ativos do tipo dedicado – um investimento específico para atender determinado cliente, razão pela qual o retorno depende deste –, do tipo físico – associado a características físicas específicas para determinada destinação – e humano, referente a toda forma de capital humano destinado à firma, para o sucesso da gestão de pátio. Não foram identificadas condições suficientes ou necessárias.

Após a análise de cada atributo, buscou-se analisar a influência de todas as variáveis relativas à TCT no desempenho da gestão de pátios.

A equação obtida a partir da inclusão dos remanescentes lógicos trouxe a presença da frequência ou a ausência da especificidade de ativos ou a ausência do oportunismo combinada com a mensurabilidade de serviço. Tal achado indica que os casos de sucesso tendem a ter baixo custo de transação, uma vez que, quanto maior a frequência (presente na equação obtida), menores tendem a ser os custos, assim como a especificidade de ativos e o comportamento oportunista (ausentes na equação obtida) são fatores que tendem a aumentar os custos de transação, que se referem aos recursos econômicos despendidos para criar e manter os relacionamentos interorganizacionais (SANTOS et al., 2017).

A frequência, portanto, mostrou-se como condição suficiente para o resultado. A ausência de especificidade de ativo também mostrou-se como condição suficiente para o sucesso da gestão de pátio. Não foram identificadas condições necessárias.

No que tange aos mecanismos de monitoramento e controle, no que tange ao mecanismo do tipo confiança, tem-se que as metas de desempenho não previstas nos acordos formais como condição suficiente o sucesso da gestão de pátio, assim como a ausência de acordo sobre os principais valores. Não foram identificadas condições necessárias.

Já quanto ao mecanismo de monitoramento e controle do tipo hierarquia, não foram identificadas a presença dos itens abordados de mecanismos de monitoramento e controle do tipo hierarquia para os casos de sucesso.

A partir da análise conjunta dos mecanismos de monitoramento e controle do tipo hierarquia e confiança, tem-se, a partir da equação geral obtida, que, para o sucesso da gestão de pátio, há a ausência do mecanismo de monitoramento e controle do tipo e hierarquia combinada com a presença do tipo confiança.

Contudo, insta pontuar a elevada quantidade de contradições identificadas. Tal fato indica a ocorrência de mesma combinação tanto para casos de sucesso como para casos de insucesso, os elevados casos de contradições demonstram que, assim como mostrou o

estudo de Ditillo et al. (2015), diferentes mecanismos de monitoramento e controle podem coexistir em determinada estrutura de governança.

Para examinar a influência de mecanismos de monitoramento e controle e de custos de transação no desempenho da gestão de pátios da PRF, passou-se à análise das variáveis da TCT e dos mecanismos de monitoramento e controle, considerando os casos de sucesso (*outcomes*).

A equação mais parcimoniosa obtida por meio da inclusão dos remanescentes lógicos resultou que, para o sucesso, tem-se a presença de frequência ou a ausência tanto de um alto grau de especificidade de ativo quanto de mecanismo de monitoramento e controle do tipo hierarquia. De igual maneira, há ausência de oportunismo combinada com a ausência da mensurabilidade de serviço.

A existência de frequência nos relacionamentos, a baixa especificidade de ativos, a possibilidade de mensuração de serviço, o baixo comportamento oportunista e a existência de mecanismos de monitoramento e controle são elementos que contribuem para reduzir os custos de transação.

Nesse sentido, a equação indica que os casos de sucesso tendem a ter características que reduzem os custos de transação, com exceção da possibilidade de ausência de mecanismos de monitoramento e controle do tipo hierarquia. A combinação de ausência de oportunismo com a ausência de mensurabilidade de serviço indica a união de dois importantes fatores que tendem a equilibrar os custos de transação, uma vez que o primeiro tende a diminuir os custos e o segundo contribui para aumentá-los.

Dando continuidade às análises com o objetivo de identificar associações entre as variáveis relacionadas à Teoria dos Custos de Transação, foram geradas também as equações minimizadas, envolvendo os três melhores desempenhos de sucesso e os dois piores desempenhos.

A equação mais parcimoniosa foi obtida por meio da inclusão dos remanescentes lógicos e resultou que, para o sucesso, a presença da variável frequência é condição necessária e suficiente.

Tal resultado corrobora aqueles obtidos por meio da análise de todos os casos investigados, destacando-se que a recorrência das transações é comum nos casos em que existem ganhos de aprendizagem para todas as partes (AUGUSTO; SOUZA; CARIO, 2019).

A equação minimizada trouxe apenas a ausência do mecanismo de monitoramento e controle do tipo confiança, mecanismo comum em relacionamentos mais longos (CRISTOFOLI et al., 2010; DITILLO, et al., 2015).

Uma vez que a busca por maior eficiência exige a observância de padrões na forma como as atividades são gerenciadas (SANTOS et al., 2017), os casos de insucesso demandam que os gestores revejam os padrões adotados para que possam adaptar algumas das condições que têm divergido dos casos de sucesso, como a frequência nas transações.

No que tange a análise das questões discursivas, a partir das respostas, observou-se que a especificidade de ativos foi a variável apontada como um dos principais influenciadores da forma de prestação de serviço de recolhimento e guarda de veículos de terceiros.

Por fim, no que tange às estruturas de governança, na presente pesquisa, foram identificadas as seguintes características para as estruturas de governança, com base na análise de similitude disponível no *software* Tosmana:

a) As estruturas de governança formadas somente pelo ente público e outro parceiro público, firmadas por meio de convênio ou acordo de cooperação, apresentaram como características comum a ausência de frequência, de comportamento oportunista e de incerteza, e presença de especificidade de ativo, mensurabilidade de serviço e mecanismo de monitoramento e controle do tipo confiança. Essas estruturas foram identificadas como insucesso no Estado-A e Estado-G, mas como sucesso no Estado-N e Estado-P.
b) As estruturas de governança formadas pelo ente público e um parceiro privado, firmada por meio de contratação, somente retornaram como variável comum a ausência de incerteza. Para tais estruturas, foram identificados dois casos de insucesso (Estado-D e Estado-L) e oito casos de sucesso (Estado-E, Estado-F, Estado-H, Estado-I, Estado-J, Estado-M, Estado-O e Estado-Q).
c) As estruturas de governança formadas tanto por meio de convênio como de contratação. Nelas, há a presença de frequência, da especificidade de ativos, dos mecanismos de monitoramento e controle do tipo hierarquia e confiança e ausência de comportamento oportunista e de incerteza. Os dois casos estudados (Estado-C e Estado-R) representam casos de sucesso.
d) A estrutura de governança decorrente da gestão própria (Estado-B) foi identificada como caso de insucesso extremo, e apresentou como características a presença de especificidade de ativos, mensurabilidade de serviço e mecanismo de monitoramento e

controle do tipo hierarquia, e ausência de frequência, oportunismo, incerteza e mecanismo de monitoramento e controle do tipo confiança.

No que tange ao insucesso da gestão de pátio desempenhada exclusivamente e diretamente pela instituição estudada, insta trazer à baila os ensinamentos de Oliveira et al. (2019), que, ao trazer as considerações de diversos autores acerca do tema, citam Venkatesan (1992) e Chesbrough (2003) para pontuar desvantagens da estrutura de governança hierárquica. Segundo os autores, a forma hierárquica teria como desvantagens o investimento de recursos em atividades que não agreguem valor aos seus clientes, além de não permitir troca de experiências entre organizações.

Já a forma híbrida, identificada tanto nos casos de contratação de particular como na celebração de convênios, ao ter características tanto da forma hierárquica como da de mercado, mostra-se como uma interessante alternativa, uma vez que tem o potencial de reduzir os custos de transação (CAMPOS, 2013; SILVESTRE et al., 2019; OLIVEIRA et al., 2019).

Uma vez que estruturas híbridas são formadas a partir de transações repetidas, tendo então a formação de contratos tanto de curto como de longo prazo (MÉNARD et al., 2014), conclui-se que, com exceção do Estado-B, todas as demais estruturas estudadas correspondem a estruturas de governança do tipo híbrida, havendo apenas diferenciação quanto ao tipo de parceiro.

Dentre as estruturas híbridas estudadas, destaca-se a formada por mais de um tipo de parceiro, ou seja, a formada por outro ente público e por ente privado, uma vez que foi a estrutura que apresentou 100% de sucesso (Estado-C e Estado-R).

5 CONCLUSÃO, CONTRIBUIÇÕES E IMPLICAÇÕES

Compreender as razões da eficiência de determinadas transações econômicas, sejam elas em âmbito privado ou público, tem incentivado diversos estudos. Nessa esteira, o presente trabalho, partindo da perspectiva teórica dos custos de transação, buscou compreender se os custos de transação e os tipos de mecanismos de monitoramento e controle são determinantes para o desempenho de diferentes estruturas de governança da gestão de pátios da PRF.

Para alcançar os objetivos específicos foi realizada análise documental e aplicação de questionário. A partir dos dados obtidos, foi realizada análise por meio do método QCA e Análise de Conteúdo. Foram identificadas, assim, a presença ou ausência das variáveis frequência, oportunismo, especificidade de ativos, incerteza, mensurabilidade de serviço e

dos mecanismos de monitoramento e controle do tipo hierarquia e confiança nos casos investigados.

A partir da análise documental foi possível "determinar os modelos de Gestão de Pátios", tendo sido identificado os seguintes tipos: gestão própria, gestão por meio de contratação e gestão por meio de cooperação com outro ente público, podendo haver a combinação destes dois últimos modelos.

Sobre o objetivo específico: "descrever os custos de transação existentes nas estruturas de governança da gestão de pátios da PRF", tanto a análise realizada por meio da QCA como a Análise de Conteúdo contribuíram para alcançar tal objetivo. Observou-se que o comportamento oportunista pouco foi identificado nos casos de sucesso. No que tange à incerteza, tal se mostrou ausente, sendo que deveres e atividades repetitivas foram importantes para os casos de sucesso. A variável mensuração do serviço não se mostrou relevante para o sucesso do modelo de gestão de pátio adotada, uma vez que apenas um item referente a essa variável esteve presente na equação obtida. Além disso, o resultado das questões discursivas evidenciou que a dificuldade de especificação do objeto a ser contratado foi um fator dificultador na gestão de pátios. Tal achado corrobora a pesquisa de Hefetz e Warner (2011), na qual os serviços policiais estão dentre os serviços com maior dificuldade de medição. Já no que se refere à especificidade de ativos, a análise QCA indicou em duas, das três combinações possíveis para o resultado de sucesso e, no mesmo sentido, os achados das questões discursivas indicaram que a presença de especificidade de ativos, em especial o físico, é uma das principais causas de contratação de serviço.

Analisando a influência do conjunto das variáveis frequência, oportunismo, especificidade de ativos, incerteza e mensurabilidade de serviço para os casos de sucesso e insucesso pôde-se concluir que as estruturas de governança adotadas em ambos os casos possuem características que tendem a reduzir os custos de transação. Contudo, os casos de sucesso tendem a ter menores custos de transação uma vez que a frequência foi elemento presente nessa equação e ausente da de insucesso.

Assim propomos:

P1: As fontes de geração de custos de transação pode ter combinações diferentes em relação ao sucesso ou fracasso na gestão de pátios.

P2: Estruturas de governança não são suficientes para determinar o sucesso ou insucesso na redução de CT na gestão de pátios.

No que se refere ao objetivo específico “identificar os tipos de mecanismos de monitoramento e controle do serviço”, a análise por meio da QCA também foi utilizada, e indicou a ocorrência de uma mesma combinação de tipos de controle tanto para casos de sucesso como para casos de insucesso. Esses mecanismos são relevantes, visto que as instituições devem ter meios para garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como realizar seu ajustamento ao longo do tempo, apesar da incerteza que permeia as relações contratuais.

Destaque-se que, nos estudos de Ditillo et al. (2015), concluiu-se que os diferentes tipos de controle podem coexistir, complementando-se, inclusive. Tal situação, segundo os autores, reflete o atual estágio de evolução desses mecanismos no setor público.

Especificamente quanto ao controle do tipo confiança, a presença de metas de desempenho não previstas nos acordos formais mostrou-se como condição suficiente para o sucesso da gestão de pátio. Já quanto ao controle do tipo hierarquia não foi identificada a presença dos itens utilizados para sua avaliação nos casos de sucesso. Tal achado diverge do que mostram Ditillo et al (2015). No estudo dos autores, esse controle esteve presente em todas as contratações, uma vez que foi apontado como característica da burocracia, comum na administração pública.

A partir dos achados tem-se a seguinte proposição:

P3: Confiança e hierarquia possuem sinais contrários em termos de presença, quando se avalia a gestão de pátios.

Por fim, ao se “Averiguar se os custos de transação e os tipos de mecanismos de monitoramento e controle influenciam o desempenho nas diferentes estruturas de governança da gestão de pátios da Polícia Rodoviária Federal (PRF)”, analisando as variáveis presentes tanto para o *outcome* sucesso, quanto para o *outcome* insucesso, observou-se a presença de variáveis que influenciam negativamente os custos de transação em ambos os casos, assim como foram identificados mecanismos de monitoramento e controle presentes também em ambos os casos.

O resultado, contudo, indicou que a recorrência das transações é importante fator para o bom desempenho da gestão de pátio. Conforme Silva (2021), esse atributo da transação tem o condão de minimizar ações oportunistas dos parceiros na medida em que é capaz de proporcionar o desenvolvimento de parcerias confiáveis e eficazes na resolução de problemas não previstos contratualmente.

No que se refere aos tipos de parceiros das estruturas de governança estudadas, a gestão de pátio realizada por meio da combinação de contratação de particular e a

celebração de acordo com outro ente público obteve 100% de sucesso nos casos investigados. Hultquist et al. (2017) indicam que, quando a administração pública contrata determinado serviço, mas também o continua executando, há a opção de retomar mais fácil a produção completa do serviço caso surja o oportunismo do fornecedor ou uma determinação feita de que a produção externa é ineficiente.

No caso do serviço investigado, observou-se que o desempenho, no caso de gestão própria, não é de sucesso. Ter duas opções para a prestação do serviço, mesmo que uma delas não consista em realizá-lo internamente, é uma vantagem para a administração pública, que terá uma outra opção caso uma das estruturas adotadas resulte em algum problema que não permita a sua continuidade.

A contribuição conceitual do presente estudo reside em ter incluído o atributo frequência como variável analisada (BRITO; SILVA, 2013) e também em considerar os tipos de controle nas análises de diferentes estruturas de governança, seguindo o direcionamento de Ditillo et al. (2015), que apontaram para importância de se ampliar a quantidade de estudos sobre controle nos serviços públicos considerando os tipos desse atributo e de se valer de diferentes métodos para abordar a temática.

Quanto às contribuições gerenciais, a pesquisa apresenta resultados pertinentes ao setor público, uma vez que contribui para verificação das características das transações entre entes públicos e privados e parcerias públicas. Tal constatação contribui para que os gestores públicos conheçam, portanto, aspectos transacionais que são capazes de influenciar as relações interorganizacionais e identificar mecanismos de coordenação possíveis para mitigar eventuais características que tendem a aumentar os custos de transação. Tal conhecimento contribui para uma escolha de estrutura de governança mais eficiente.

Assim, uma vez que a pesquisa foi do tipo qualitativa, de natureza não probabilística, os resultados obtidos são válidos no âmbito do universo pesquisado e, apesar do número de casos estudados na presente pesquisa atender aos requisitos, uma diversidade maior de casos poderia robustecê-la. A quantidade de respondentes foi fator limitador da pesquisa, apesar de a amostra ser representativa do universo pesquisado.

O estudo, portanto, abre a possibilidade para pesquisas futuras. Uma delas é realizar o estudo em outras instituições que prestam o serviço de recolhimento e guarda de veículos para confrontar as diferenças existentes, tanto quanto às estruturas de governança como aos tipos de mecanismos de monitoramento e controle. Outra opção é a realização de estudo em outros tipos de serviços acessórios à atividade fiscalizatória de instituições

policias. Contrastar ou complementar os achados do presente estudo com a realidade de outros tipos de serviço de instituições policiais pode ser relevante para denotar as características dos serviços que são possíveis de terceirização nessas instituições.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Eduardo. Cooperação interorganizacional: fonte de aprendizagem e vantagem competitiva ou oportunismo? **Revista de Administração da Unimep**, v. 8, n. 2, 2010.

ALI, Zaigham; AHMAD, Ifzal; HUSSAIN, Zahid. Analysis of critical causes of transaction cost escalation in public sector construction projects. **Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences**, v. 14, n. 4, p. 838-865.

ALVAREZ, Gabriela; PILBEAM, Colin; WILDING, Richard. Nestlé Nespresso AAA sustainable quality program: an investigation into the governance dynamics in a multi-stakeholder supply chain network. **Supply Chain Management: An International Journal,** v. 15, n. 2, 2010.

ARGYRES, Nicholas; ZENGER, Todd R. Capabilities, transaction costs and firm boundaries: a dynamic perspective and integration. *In:* ATLANTA COMPETITIVE ADVANTAGE CONFERENCE, 2010, Atlanta.

ARRANZ, N.; ARROYABE, J. C. Governance structures in R&D networks: an analysis in the European context. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 74, n. 5, 2007.

ARRUDA, A; FARIA, A. C. de; ROMEIRO, M. do Carmo; FERNANDES, F. C. Estruturas de governança híbridas em redes de cooperativas de crédito brasileiras e canadenses sob a ótica da Teoria dos Custos de Transação. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. 6, 2017.

ASMUSSEN, C. G.; FOSS, K.; FOSS, N. J.; KLEIN, P. G. Economizing and strategizing: how coalitions and transaction costs shape value creation and appropriation. **Strategic Management Journal**, v. 42, n. 2, 2021.

AUGUSTO, Cleiciele. **Estrutura de Governança e capacidade de adequação ao aparato legal ambiental: um estudo em destilarias do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

AUGUSTO, Cleiciele. **Estruturas de governança no setor automotivo no estado do Paraná: implicações sob a consideração dos custos de transação, custos de mensuração e recursos estratégicos**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

AUGUSTO, Cleiciele; SOUZA, José. Economia dos custos de transação e visão baseada em recursos: aspectos complementares. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais […]**. Rio de Janeiro, 2010.

AUGUSTO, Cleiciele; SOUZA, José; CARIO, Silvio. Custos de transação no setor automotivo: atributos transacionais, pressupostos comportamentais e limitações teóricas. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 18, n. 2, 2019.

AUGUSTO, Cleiciele; SOUZA, José; CARIO, Silvio. Estruturas de governança e recursos estratégicos em destilarias do estado do Paraná: uma análise a partir da complementaridade da ECT e da VBR. **Rev. Adm.**, v. 48, n. 1, 2013.

AVRICHIR, André Schifnagel. Uma análise de incentivos contratuais em arranjos de parceria de atendimento ao cidadão. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, 2018.

AZEVEDO. Pedro Lins. **Custos de transação e desempenho contratual: o caso da terceirização da atividade de manutenção em refinarias da Petróleo Brasileiro S.A**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BEGNIS, Heron; AREND, Silvio; ALIEVI, Rejane. Who are the brazilians tobacco growers that breach their contracts whit the industry? **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 15, n. 1, 2016.

BALESTRIN, Alsones; ARBAGE, Alessandro. A perspectiva dos custos de transação na formação de redes de cooperação. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge. **Redes de Cooperação empresarial**: estratégias de gestão na nova economia. Porto Alegre: Bookman, 2016.

BARBOSA, Maria; CÂNDIDO, Gesinaldo; BARBOSA, Erivaldo. Coordenação e competitividade em empresa do setor sucroalcooleiro: uma análise a partir dos custos de transação. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 46, 2016.

BATAGLIA, Murilo; FARRANHA, Ana Claudia. Governança e administração pública: o uso de tecnologias para a prevenção da corrupção e promoção da transparência. **Revista da CGU**. v. 11. n. 18, 2019.

BETARELLI, Admir; FERREIRA, Sandro. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: Enap, 2018.

BEZERRA, Alex; IZO, Flávio. Abordagem sobre a possível necessidade de implementação de sistema gerencial de veículos apreendidos pela polícia federal. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, v. 2, n. 1, 2019.

BEZERRA, A. E. F.; Sales, L. B.; Oliveira, A. M. D.; Moreira, C. S. Atributos de transação e pressupostos comportamentais à luz da teoria do custo de transação econômica: estudo multicaso no segmento salineiro do estado do Rio Grande do Norte. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 2, 2020.

BILLON, Anne. The attribution process of delegation contracts in the French urban public transport sector: why competitive tendering is a myth. **Annals of public and cooperative economics**, v. 77, n. 4, 2006.

BOEHE, Dirk; BALESTRO, Moisés. A dimensão nacional dos custos de transação: oportunismo e confiança institucional. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 12, n. 1, 2006.

BOGT, Henk. A transaction cost approach to the autonomization of government organizations: a political transaction cost framework confronted with six cases of autonomization in the Netherlands. **European Journal of Law and Economics**, v. 16, n. 2, 2003.

BRANSKI, Regina; FRANCO, Raul; LIMA, Orlando. Metodologia de estudo de casos aplicada à logística. *In*: ANPET CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE, 24, 2010, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 23 de julho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01º ago 2014.

BRASIL, Sandra; SOUZA, José; CUNICO, Eliana. Apropriação de valor, recursos e estruturas de governança. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. v. 13, n. 2, 2019.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório nº 201505570**. Recife, 2015. Disponível em: https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/?colunaOrdenacao=dataPublicacao&direcaoOrdenacao-=DESC&tamanhoPagina=15&offset=0#lista. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2.336**. Plenário. Relator: Ministro Vital Rego. Sessão de 16/09/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2468**. Plenário. Relator: Ministro Vital Rego. Sessão de: 9/10/2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 2, 2008.

BROWN, Trevor; POTOSKI, Matthew. Transaction Costs and Institutional Explanations for Government Service Production Decisions. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 13, n. 4, 2003.

BRYSON, J.M.; ACKERMANN, F.; EDEN, C. Putting the resource-based view of strategy and distinctive competencies to work in public organizations. **Public Administration Review**, v. 67, n. 4, 2007.

CABALLERO, Gonzalo; SOTO-ONATE, David. Por que os custos de transação são tão relevantes na governança política? Uma nova pesquisa institucional. **Rev. Econ. Polit.**, v. 36, n. 2, 2016.

CAMPOS, S. A. P. A economia dos custos de transação e a visão baseada em recursos: aproximações teóricas. **Reuna**, v. 18, n. 3, p. 5-20, 2013.

CASALI, Marisandra; MARION FILHO, Pascoal José. Custos de transação e governança na produção de leite em Cruz Alta (RS). **Revista de Economia e Administração**, v. 11, n. 3, 2012.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.

COGGAN, Anthea; WHITTEN, Stuart M.; BENNETT, Jeff. Influences of transaction costs in environmental policy. **Ecological economics**, v. 69, n. 9, 2010.

COSTA, Frederico. Bases teóricas e conceituais da reforma dos anos 1990: crítica do paradigma gerencialista. **Revista Brasileira Administração Política**, v. 2, n. 2, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CRISTOFOLI, D.; DITILLO, A.; LIGUORI, M.; SICILIA, M.; STECCOLINI, I. Do environmental and task characteristics matter in the control of externalized local public services? Unveiling the relevance of party characteristics and citizens' offstage voice. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23, n. 3, 2010.

CRISTOFOLI, D.; MACCIO, Laura; PEDRAZZI, Laura. Structure, Mechanisms, and Managers in Successful Networks, **Public Management Review**, v. 17, n. 4, 2015.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. v. 2, n. 4. 2008.

DAL MAGRO, C. B.; MANFROI, L.; GUZE, R.; LAVARDA, C. E. F. Percepção dos gestores sobre os mecanismos do sistema de controle gerencial: um estudo com gestores da BRF FOODS SA. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 1, 2019.

DEKKER, HENRI C.; DING, Rong; GROOT, Tom. Collaborative performance management in interfirm relationships. **Journal of Management Accounting Research**, v. 28, n. 3, p. 25-48, 2016.

DEKKER, Willem. **Slipping through our hands**: population dynamics of the European eel. Wageningen University and Research, 2004.

DIAS, Osório. Análise Qualitativa Comparativa (QCA) usando conjuntos Fuzzy: uma abordagem inovadora para estudos organizacionais no Brasil. *In*: ENCONTRO DA ANPAD**,** 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais […]**. Rio de Janeiro, 2011.

DITILLO, Angelo; LIGUORI, Mariannunziata; SICILIA, Mariafrancesca; STECCOLINI, Ileana. Control patterns in contracting-out relationships: it matters what you do, not who you are. **Public Administration**, v. 93, n. 1, 2015.

FARINA, Elizabeth; SAES, Maria; AZEVEDO, Paulo. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

FEITOSA, Camila; SCHULL, Adiulli; HEIN, André. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da análise envoltória de dados (DEA). **Revista Capital Científico,** v. 12, n. 3, 2014.

FERNANDEZ, Sergio. What works best when contracting for services? An analysis of contracting performance at the local level in the US. **Public Administration**. v. 85, n. 4, 2007.

FERREIRA, Aline; GOMES, Sérgio. Análise de relacionamentos interorganizacionais: um estudo a luz da Teoria dos Custos de Transação. **Revista Gestão & Conexões**, v. 9, n. 2, 2020.

FERREIRA, Marco; BRAGA, Marcelo. Desempenho das cooperativas na indústria de laticínios do Brasil: uma abordagem por grupos estratégicos. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 42, n. 3, 2007.

FIANI, Ronaldo. **O problema dos custos de transação em parcerias público-privadas em infraestrutura**. Brasília: Ipea, 2016.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Custos de Transação. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.). **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FIM, Cristiano. Measurement and evaluation of transaction costs on public procurement. **Business and Management Review**, v. 4, n. 10, 2015.

FOSS, Nicolai; KOCH, Carsten. Opportunism, organizational economics and the network approach. **Scandinavian Journal of Management**, v. 12, n. 2, 1996.

FRARE, A. B.; HORZ, V.; FERNANDES, C. M. G.; GOMES, D. G.; SOUZA, M. A Teoria dos custos de transação: análise bibliométrica e sociométrica da literatura científica de 1945 a 2018. **Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)**, v. 19, n. 3, 2020.

GARCIA, Evelini; BANKUTI, Sandra. Reflexões sobre a coordenação do sistema agroindustrial da mandioca: desafios para a pesquisa. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 20, n. 4, 2018.

GARDET, Elodie; FRAIHA, Shady. Coordination modes established by the hub firm of an innovation network: the case of an SME bearer. **Journal of Small Business Management**, v. 50, n. 2, 2012.

GENUGTEN, Van. **Comparing the Impact of Modes of Governance**. Palgrave Macmillan UK, 2010.

GRANDORI, Anna; SODA, Giuseppe. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organization studies**, v. 16, n. 2, 1995.

GRANDORI, Anna; SODA, Giuseppe. A relational approach to organization design. **Industry and Innovation**, v. 13, n. 2, 2006.

GRANT, Robert M. **Estratégia baseada em recursos**: 15 artigos clássicos para sustentar a vantagem competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GREGA, M.; ORVISKA, M.; NEMEC, J.; LAWSON, C. Factors Determining the Efficiency of Slovak Public Procurement. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, v. 12, n. 1, 2019.

GUIMARÃES, A. F.; SCHIAVI, S. M. A.; PEREIRA, J. A.; BÁNKUTI, F. I. Estruturas de governança e inovação em sistemas agroalimentares diferenciados (SADs): um estudo na cadeia da carne bovina no paraná. **Revista Alcance,** v. 28, n. 1, 2021.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. Série Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais. Brasília: UnB, 2003.

HAASKJOLD, H.; ANDERSEN, BS; LÆDRE, O; AARSETH, W. Factors affecting transaction costs and collaboration in projects. **International Journal of Managing Projects in Business**, 2019.

HANDLEY, Sean; ANGST, Corey. The impact of culture on the relationship between governance and opportunism in outsourcing relationships. **Strategic Management Journal**, v. 36, n. 9, 2015.

HEFETZ, Amir; WARNER, Mildred. Contracting or public delivery? The importance of service, market, and management characteristics. **Journal of public administration research and theory**, v. 22, n. 2, 2012.

HELFAT, Constance E.; PETERAF, Margaret A. **A visão baseada em recursos: ciclos de vida de capacidade**. *In*: LACERDA, Daniel et al. (org). Estratégia baseada em recursos: 15 artigos clássicos para sustentar a vantagem competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2014.

HENNART, Jean-François. **Perspectivas de custo de transação em relações interorganizacionais**. *In*: CROPPER, S.; EBERS, M.; HUXHAM, C.; RING, P. S. (org). Handbook de relações interorganizacionais da Oxford. Porto Alegre: Bookman, 2014.

HIGASHI, S. Y.; FAGUNDES, M. B. B.; CALEMAN, S. M. Q.; SAUER, L.; SAES, M. S. Plural Forms of Governance at Central Supply Markets. Revista de Administração Contemporânea, v. 21, n. 6, p. 743-763, 2017.

HOBBS, Jill E. A transaction cost approach to supply chain management. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 2, n. 1, 1996.

HOSKISSON, R. E.; HITT, M. A.; WAN, W. P.; YIU, D. Teoria e pesquisa de gestão estratégica: oscilações de um pêndulo. **Estratégia Baseada em Recursos**, v. 15, n. 2, 2014.

HULTQUIST, A.; HARSELL, D. M.; WOOD, R. S.; FLYNN, D. T. Assessing the impacts of transaction costs and rapid growth on local government service provision and delivery arrangement choices in North Dakota. **Journal of rural studies**, 2017.

IRIE, Amanda Cristina; GEORGES, Celina Martinez; CAMPEÃO, Patrícia. Análise da importância de elementos de governança, formais e informais, sob a ótica dos associados de uma cooperativa agropecuária. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v. 21, n. 3, 2018.

ITO, Nobuiuki; GIMENEZ, Fernando. Uma conversa entre Porter e VBR: framework do valor da transação da vantagem competitiva. **Revista Organizações em Contexto**, v. 7, n. 14, 2011.

ITTNER, Christopher; LARCKER, David; RANDALL, Taylor. Performance implications of strategic performance measurement in financial services firms. **Accounting, organizations and society**, v. 28, n. 8, 2003.

JOHANSSON, Tobias; SIVERBO, Sven; CAMÉN, Carolina. Managing cooperation, coordination, and legitimacy control of contracted public services. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 29, n. 6, 2016.

KANG, Seong; NESBIT, Rebecca; BRUDNEY, Jeffrey. Local government volunteer use: A resource dependence and transaction costs explanation. **Public Administration Review**, 2021.

LANGFIELD-SMITH, Kim; SMITH, David. Management control systems and trust in outsourcing relationships. **Management accounting research**, v. 14, n. 3, p. 281-307, 2003.

LANGLOIS, Richard; FOSS, Nicolai. Capabilities and Governance the Rebirth of Production in the Theory of Economic Organization. **Druid Working Paper**, v. 2, n. 97, 1997.

LAVIKKA, Rita; SMEDS, Riitta; JAATINEN, Miia. Coordinating collaboration in contractually different complex construction projects. **Supply Chain Management: An International Journal**, 2015.

LAZZARINI, Sérgio. **Empresas em rede**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINARI, M. Coordenação em cooperação inter-redes: evidências do setor de turismo. **Gestão de Marketing Industrial**, v. 53, 2016.

MARRARA, Thiago. Acordos de leniência no processo administrativo brasileiro: modalidades, regime jurídico e problemas emergentes. **Revista digital de direito administrativo**, v. 2, n. 2, 2015.

MARSHALL, Graham. Custos de transação, ação coletiva e adaptação na gestão de sistemas socioecológicos complexos. **Economia Ecológica**, v. 88, 2013. Disponível em:

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação cientifica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, Axel; CAMBRÉ, Bart; RIHOUX, Benoît. Crisp-set qualitative comparative analysis in organizational studies. *In*: MARX, Axel; CAMBRÉ, Bart; RIHOUX, Benoît. **Configurational theory and methods in organizational research**. [s.l]: Emerald Group Publishing Limited, 2013.

MIELE, Marcelo; ZYLBERSZTAJN, Decio. Coordenação e desempenho da transação entre viticultores e vinícolas na serra Gaúcha. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 40, n. 4, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instrução Normativa SLTI nº 2/2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 maio 2008.

MOZAMBANI, Carlos; SOUZA, Hildo; MIRANDA, Bruno. Mutual commitments in transactions of horticultural products in the Serra Fluminense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 59, 2019.

MUNARETTO, Lorimar; CORRÊA, Hamilton. Relação entre o uso e finalidade dos indicadores de medição de desempenho: o caso das cooperativas de eletrificação no Brasil. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. 4, 2017.

NEUENFELD, D. R.; STADNICK, K. T.; CARIO, S. A. F.; AUGUSTO, C. A.; Custos De Transação Nas Compras Públicas. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 11, n. 2, 2018.

NEVES, Tiago Roberto Lopes; GASPARETTO, Valdirene. Controle e monitoramento de contratos terceirizados no setor público: a perspectiva de gestores e fiscais de contratos de um órgão público federal. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 11, n. 1, 2020.

OBERMANN, Gabriel. The role of the state as guarantor of public services: transaction cost issues and empirical evidence. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 78, n. 3, 2007.

OLIVEIRA, Ronielton; MARTINS, Henrique; DIAS, Alexandre. A gestão do portfólio de projetos e a teoria dos custos de transação: proposições teóricas. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 10, n. 2, 2018.

PACHECO, Ezequiel. et. al. Terceirização de serviços no setor público: uma análise sob a ótica da teoria dos custos de transação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 25, 2018, vitória. **Anais […]**. Vitória, 2018.

PALMATIER, Robert; DANT, Rajiv; GREWAL, Dhruv. A comparative longitudinal analysis of theoretical perspectives of interorganizational relationship performance. **Journal of Marketing American Marketing Association**, v. 71, n. 4, 2007.

PANDEY, S.; CORDES, J. J.; PANDEY, S. K.; WINFREY, W. F. Use of social impact bonds to address social problems: understanding contractual risks and transaction costs. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 28, n. 4, 2018.

PETERSEN, Ole Helby; HOULBERG, Kurt. Cost savings or real efficiency gains? Heterogeneous effects of involving the private market in public service delivery. **Journal of Strategic Contracting and Negotiation**, v. 2, n. 3, 2016.

PETERSEN, O. H.; BAEKKESKOV, E., POTOSKI, M.; BROWN T. L. Measuring and managing ex ante transaction costs in public sector contracting. **Public Administration Review**, v. 79, n. 5, p. 641-650, 2019.

PILLING, Bruce K.; CROSBY, Lawrence A.; JACKSON JR, Donald W. Relational bonds in industrial exchange: an experimental test of the transaction cost economic framework. **Journal of Business Research**, v. 30, n. 3, p. 237-251, 1994.

POHLMANN, M. C.; AGUIAR, A. B. D.; BERTOLUCCI, A.; MARTINS, E. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. **Rev. contab**. **finanç**., v. 15, n. 3, 2004.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (BRASIL). Instrução Normativa nº 83. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016.

PRAHINSKI, C; BENTON, W. Supplier evaluations: communication strategies to improve supplier performance. **Journal of Operations Management**, v. 22, n. 1, 2004.

PROENÇA, Domício; MUNIZ, Jacqueline; PONCIONI, Paula. Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber, saber para governar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, 2009.

PROVAN, Keith; SYDOW, Jorg. Avaliação dos relacionamentos interorganizacionais. *In*: CROPPER, S.; EBERS, M.; HUXHAM, C.; RING, P. S. (org). **Handbook de relações interorganizacionais da Oxford**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

RIHOUX, Benoît; RAGIN, Charles C. **Configurational comparative methods:** qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques. [s.l.]: Sage Publications, 2008.

RIHOUX, Benoît; DE MEUR, Gisèle. Crisp-set qualitative comparative analysis (csQCA). **Configurational comparative methods:** qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques. [s.l.]: Sage Publications, 2009.

RUITER, Dick. Is transaction cost economics applicable to public governance? **European journal of law and economics**, v. 20, n. 3, 2005.

SANDES-FREITAS, Vitor; BIZARRO-NETO, Fernando. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, 2016.

SANDFORT, Jodi; MILWARD, H. Brinton. Serviços Colaborativos no Setor Público. *In*: CROPPER, S.; EBERS, M.; HUXHAM, C.; RING, P. S. **Handbook de relações interorganizacionais da Oxford**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

SANTOS, Liliane; MARQUES, Denílson. Burocracia e economia dos custos de transação: uma análise da relação entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, 2015.

SANTOS, Nathália; FERRAZ, Isabela; ZANDONADE, Junia Maria; Verga, Everton. A teoria dos custos de transação nas pesquisas de estratégia no Brasil. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 16, n. 2, 2017.

SHERVANI, Tasadduq A.; FRAZIER, Gary; CHALLAGALLA, Goutam. The moderating influence of firm market power on the transaction cost economics model: an empirical test in a forward channel integration context. **Strategic Management Journal**, v. 28, n. 6, 2007.

SILVA, Adilson; BRITO, Eliane. Incerteza, racionalidade limitada e comportamento oportunista: um estudo na indústria brasileira. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 1, 2013.

SILVA, Adilson. Custos de transação no varejo farmacêutico: impactos do oportunismo e dimensões analíticas das transações. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, n. 4, 2021.

SOUZA, Osmar; MARTINS, Ricardo; MACEDO, Roberta. Arranjo institucional e a adoção de mecanismos de governança: aplicação da Qualitative Comparative Analysis of Fuzzy Sets (FSQCA). **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 15, n. 2, 2018.

TAPONEN, Suvituulia; KAUPPI, Katri. Service outsourcing decisions–a process framework. **Journal of Global Operations and Strategic Sourcing.** v. 13, n. 2, 2020.

TOMIOKA, Aparecida; NEVES, José Manoel Souza. Indicadores de desempenho para melhorar as dimensões competitivas da empresa de construção. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, 2020.

VENTURA, Alessandra; ANDRADE, Djanira Helena Ferreira; PORTUGAL, Pedro dos Santos. Fatores preponderantes para a existência de custos de transação: uma análise no âmbito de uma unidade militar. **Revista de Administração Unimep**, v. 18, n. 2, 2020.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VOGT, Mara; SOUZA, Júlio Cesar Lopes; KLANN, Roberto Carlos. Uma análise crítico-reflexiva das incertezas ambientais sob a lente das teorias organizacionais. **Revista de Administração Unimep**, v. 17, n. 3, 2019.

VOGT, Mara ; BEUREN, Ilse Maria; SILVA, Marcia Zanievicz da. Influência dos objetivos colaborativos na mensuração do desempenho da cooperação mediada pelas características de transação. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 3, 2020.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and Hierarchies: analysis and antitrust implications**. Free Press, New York, 1975.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. The Free Press, New York, p. 450, 1985.

WILLIAMSON, O. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, 1991.

WILLIAMSON, O. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and corporate change**, v. 2, n. 2, 1993.

WILLIAMSON, O. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract. **Journal of economic perspectives**, v. 16, n. 3, p. 171-195, 2002.

WILLIAMSON, O. Transaction Cost Economics: the precursors. **Economic Affairs**, v. 28, n. 3, 2008.

ZAMPIVA, CAMILLA; NETO, C. S.; PEREIRA, N. S. Viabilidade de implantação da reciclagem de veículos no Estado de Goiás. **ANAIS SNCMA**. v. 8, n.1, 2017.

ZANELLA, C.; LOPES, D. G.; LEITE, A. L. da Silva; NUNES, N. Conhecendo o campo da economia dos custos de transação: uma análise epistemológica a partir dos trabalhos de Oliver Williamson. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 42, 2015.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **A estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.